

## PORTARIA Nº 817/2009

**O Diretor Geral do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AC**, no exercício da competência que lhe foi conferida pelo art. 18, inciso I, da Lei Estadual nº. 1.169, de 13 de dezembro de 1995, que transformou o Departamento Estadual de Trânsito em Autarquia e dá outras providências e,

**CONSIDERANDO** os preceitos estabelecidos pelo art. 330 do Código de Trânsito Brasileiro;

**CONSIDERANDO** a necessidade de adoção de procedimentos, objetivando evitar o comércio de veículos e suas peças e acessórios de procedência ilícita, como furtados, roubados, adquiridos estelionatariamente, apropriados indebitamente, refeitos ou reconstituídos em novos protótipos, falsificados, adulterados, clonados, etc.;

### RESOLVE:

**Art. 1º** Determinar a obrigatoriedade do registro (credenciamento), neste Órgão Executivo de Trânsito, de todo estabelecimento comercial sediado no Estado do Acre, que execute o desmonte (desmanche) legal ou comercialize peças e acessórios usados e/ou recondicionados de veículos, mediante a apresentação da seguinte documentação:

**I** – requerimento ao Diretor Geral do DETRAN/AC, solicitando o registro (credenciamento);

**II** – fotocópia autenticada e atualizada do ato constitutivo da empresa (contrato social ou estatuto com a ata de eleição da diretoria ou declaração da firma individual);

**III** – fotocópia do CNPJ;

**IV** – fotocópia autenticada da Carteira de Identidade e do CPF dos sócios-proprietários/proprietário da firma individual e dos representantes da empresa;

**V** – certidões negativas expedidas pelo cartório Distribuidor Criminal e pela Justiça Federal do Município ou da jurisdição do domicílio do requerente, em nome dos sócios-proprietários da empresa ou da firma individual e dos seus representantes legais;

**VI** – certidão negativa de débitos tributários com a fazenda federal, estadual e municipal;

**VII** – prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situações regulares no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através da Certidão Negativa de Débito – CND e Certificado de Regularidade de Situação para com o FGTS, expedidos respectivamente pelo INSS e pela Caixa Econômica Federal, em nome da entidade;

**VIII** – termo de vistoria expedido pela Gerência de Credenciamento e Controle deste DETRAN/AC;

**IX** – alvará ou licença expedida pela Prefeitura Municipal da sede da empresa.

**§1º** Após a análise da documentação e se deferido o registro (credenciamento), será expedido pelo DETRAN/AC, através da Gerência de Controle a Credenciados, o Certificado de Registro (credenciamento), mediante apresentação do documento comprobatório da quitação da taxa de serviço estadual, estabelecida pela Tabela Anexo II – Item 3, Subitem 3.7, da Lei nº. 2.105/08.

**Art. 2º** O registro (credenciamento) de que trata o artigo anterior, terá validade de 01 (um) ano, a partir da data de expedição do Termo de Registro.

**Parágrafo único.** Na renovação do registro (credenciamento) deverá ser apresentada a documentação atualizada, constante no art.1º, incisos I a IX, desta Portaria.

**Art. 3º** A empresa credenciada será obrigada a possuir livros de registro de seu movimento, de entrada e saída das peças e acessórios de veículos, conforme modelo aprovado e rubricado por este Órgão Executivo de Trânsito.

**§1º** Nos livros de que trata o artigo anterior deverão ser indicados:

**I** – a data de entrada das peças e acessórios, com sua procedência;

**II** – nome, endereço e identidade do proprietário ou vendedor;

**III** – data de saída ou baixa nos casos de desmontagem;

**IV** – nome, endereço e identidade do comprador;

**V** – características do veículo constantes do seu Certificado de Registro, do qual foram retiradas as peças e/ou acessórios;

**VI** – discriminação da codificação das peças e acessórios que constem os agregados originais do fabricante, ou seja, motor câmbio, eixo dianteiro, eixo traseiro, bamba injetora, caixa de direção, cabine e diferencial;

**VII** – especificar a numeração do motor, cuja gravação foi realizada mediante autorização do DETRAN.

**§2º** Os livros deverão ter suas páginas numeradas tipograficamente, contendo termo de abertura e encerramento, lavrados pelo proprietário e rubricadas pelo DETRAN/AC, por servidores da Gerência de Controle a Credenciados.

**§3º** A entrada e a saída de peças e/ou acessórios no estabelecimento referido neste artigo, registrar-se-á no mesmo dia em que for realizada a comercialização, discriminando, inclusive, o horário.

**§4º** As autoridades de trânsito e as autoridades policiais terão livre acesso aos estabelecimentos comerciais cadastrados para fins de fiscalização e controle.

**§5º** A falta de escrituração dos livros, o atraso, a fraude ao realizá-lo e a recusa de sua exibição serão punidos com a multa prevista para as infrações gravíssimas, independentemente das demais cominações legais cabíveis, nos termos do art. 330, §5º, do CTB.

**Art. 4º** Os veículos adquiridos para desmonte, desmontados ou comercializados como sucata, irrecuperável ou com perda total, deverão obrigatoriamente, ser baixados na repartição de trânsito de seu registro, mediante apresentação da(s) placa(s) e do recorte do chassi (parte metal do veículo onde agrega a sua integral numeração), que serão recolhidos pelo DETRAN e imediatamente destruídos pela Gerência de Vistoria, bem como dos demais documentos exigidos pela legislação de trânsito.

**Art. 5º** Conceder o prazo de 90 (noventa) dias para que os estabelecimentos comerciais façam a regularização do credenciamento junto ao DETRAN/AC.

**Art. 6º** Os casos omissos deverão ser encaminhados à Diretoria de Operações deste DETRAN/AC, para análise.

**Art. 7º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Publique-se.  
Cientifique-se.  
Cumpra-se.

Gabinete da Diretoria Geral, em Rio Branco/AC, 27 de novembro de 2009.

Reginaldo Luís Pereira Prates  
**Diretor Geral**